



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CEDI - P. I. B.
DATA 06/06/94
COD. F50 000 14

Ct. N.º 25/CGPE/93x

Brasília, 17 de setembro 1993

Ilma. Sra.

Dra. SANDRA MANZANO ABUD

Assessora de Meio Ambiente da CVRD/MA

Av. dos Portugueses S/Nº

PRAIA DO BOQUEIRÃO - SÃO LUÍS/MA

Prezada senhora,

Conforme o combinado encaminhamos, em anexo, cópia da proposta de Programação FUNAI/CVRD para 1994.

Aguardamos manifestação de V.Sa., sobre o assunto, bem como sobre a proposta de Convênio de Saúde para 1993.

Atenciosamente,

Artur Nobre Mendes

Coordenador Geral de Projetos Especiais



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

PROGRAMA FUNAI/CVRD

PROPOSTA DE ATUAÇÃO

I - INTRODUÇÃO

Com o advento do Projeto Ferro Carajás e a construção da ferrovia para escoamento de minério, a FUNAI manteve com a Companhia Vale do Rio Doce, a partir de 1982, um Convênio que permitiu a realização de assistência e proteção às comunidades indígenas sob influência dos impactos do empreendimento em questão.

Foram desenvolvidas ações relativas a Saúde, Educação, Atividades Produtivas, Proteção, Fiscalização e Regularização Fundiária, beneficiando populações indígenas localizadas no Estado do Pará, Maranhão e Tocantins.

Porém a persistência de problemas relativos à situação dos povos indígenas na região, da atividade de extração do minério e incorreções das ações anteriores, colocam como imperativo, a retomada dos entendimentos entre a FUNAI e CVRD para adoção de um novo enfoque de intervenção sobre a realidade que continua exigindo um monitoramento responsável e permanente.

II - DIAGNÓSTICO

As dificuldades vivenciadas pelos índios do Sudoeste do Pará e do Estado do Maranhão na manutenção de suas terras e de sua higidez física resultam de um processo de penetração e ocupação territorial obviamente anterior à implantação do Projeto Carajás.

Temia-se que o projeto pudesse agravar mais ainda uma situação considerada crítica, ou, para os mais pessimistas, que viesse representar o golpe de misericórdia nas populações indígenas, já fragilizadas e insuficientemente assistidas pelo Estado.

Não foi o que ocorreu, porém se observam perdas consideráveis na qualidade de vida experimentada hoje nas aldeias.

Atualmente vivem aproximadamente 16.500 índios nas



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

áreas de abrangência do convênio. Boa parte dessas áreas sofrem consequências diretas da ferrovia, especialmente no Maranhão onde a forte concentração fundiária provocou o aparecimento de diversas aglomerações de famílias sem-terra em sua faixa de servidão.

Nas áreas Carú, Awá-Guajá e Pindaré, onde a proximidade da ferrovia é acentuada, observa-se uma disputa direta pelos recursos naturais entre índios e sem-terras uma vez que as áreas indígenas representam hoje as únicas fontes de recursos renováveis razoavelmente preservadas.

Esse quadro, aliado ao declínio da assistência provocado pela crise atual do Estado, explica a situação porque passam os grupos indígenas objeto da proposta de atuação conjunta FUNAI/CVRD.

No que se refere a Saúde, supõem-se uma mortalidade alta, principalmente infantil. As principais mortes registradas dizem respeito à precariedade das condições de vida e assistência, próprias de populações inseridas em um contexto de pobreza.

Com todos os obstáculos existentes, principalmente em infra-estrutura física e de pessoal, a FUNAI mantém seu serviço de assistência de forma emergencial e curativa, necessitando de parceiros institucionais para um planejamento permanente.

Com relação a situação das atividades produtivas tanto de subsistência quanto para comercialização, pode-se observar um quadro de desequilíbrio na qualidade de vida, desnutrição, incidência de enfermidades, desorganização das comunidades e deficiências econômicas para a satisfação de necessidades de bens industrializados.

A persistência de invasões em vários pontos das áreas indígenas, e o comprometimento da integridade de grupos indígenas de contato recente ou ainda sem contato com a nossa sociedade, constitui uma permanente preocupação que levou a criação de Sistemas de Proteção que necessitam reforço e ampliação.

A Educação indígena, ao longo do período de



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

vigência do convênio FUNAI/CVRD, foi o serviço mais desmobilizado, sem que houvesse um engajamento e aproveitamento eficaz por parte da população indígena. Em consequência, a infra-estrutura física e de pessoal implantada foi sub-utilizada, colocando-se como prioritário neste momento, a sua recuperação e aproveitamento para a retomada e melhoria da assistência educacional.

É de fundamental importância, uma avaliação geral da situação em área, para aproximação dos dados informativos em Saúde, Educação, Atividades Produtivas, Fiscalização e Proteção de Áreas Indígenas e Reforço Institucional, o que será possível na ocasião do detalhamento das ações propostas e na sua implantação, lançando as bases para trabalhos de desenvolvimento comunitário para os anos subsequentes a 1994.

III - ÁREA DE ATUAÇÃO - PERÍODO 1994

A população a ser atendida perfaz um total de 16.446 índios das etnias Guajajara, Urubu-Kaapor, Timbira, Kanela, Krikati, Awá, Assurini, Surui, Parakanã, Gavião, Kayapó-Xikrim e Apinajé, distribuídas nos Estados do Maranhão, Pará e Tocantins. *Xikrim Baraço do latão*

Considerando a extensão da região e população a ser atendida e que os Gaviões e Kayapó-Xikrim possuem convênios específicos por tempo indeterminado, as prioridades de ações foram definidas por atividade e receberão posteriormente o devido detalhamento, com localização das áreas a serem beneficiadas neste primeiro momento.

IV - OBJETIVO

Como objetivo geral a ser atingido doravante, temos a proteção e garantia da integridade física, territorial, cultural e econômica das populações indígenas expostas às mudanças oriundas dos impactos da exploração das jazidas minerais sob a responsabilidade da CVRD, na Província Mineral de Carajás. Para isso, a FUNAI busca junto à CVRD, a parceria necessária a dirimir esses impactos e complementar os trabalhos que se desenvolvem tradicionalmente pelo órgão indigenista.

Em especial para 1994, buscaremos através dos



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

entendimentos com a CVRD, iniciar a ampliação e melhoria da cobertura dos serviços de saúde; fortalecer e ampliar o Sistema de Proteção Awá-Guajá; estimular a produção alimentar da dieta básica associada ao apoio às iniciativas de beneficiamento e comercialização da produção e estabelecer as bases para um serviço de Educação integrado e participativo como instrumento de interação digna com a sociedade envolvente.

Para isso, as metas estabelecidas passam necessariamente pela estruturação dos serviços através da recuperação e melhoria da infra-estrutura básica em obras, equipamentos e pessoal; apoio às necessidades imediatas e implantação de um sistema de acompanhamento e avaliação eficiente.

V - SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A coordenação dos trabalhos estará a cargo da Coordenação de Projetos Especiais - CGPE/Brasília, que coordenará os serviços de Saúde, Educação, Atividades Produtivas e Índios Isolados a nível de Brasília, no sentido de planejar as ações a serem executadas pelas Administrações Regionais de Marabá, Araguaína, Imperatriz, São Luiz, Barra do Corda, Altamira e o Sistema de Proteção Awá-Guajá.

O acompanhamento e avaliação serão executados através de relatórios de execução das metas físicas e financeiras e viagens a campo pela Coordenação de Brasília. Serão também promovidas reuniões de avaliação e ajuste com as unidades da FUNAI e CVRD.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

VI - DEMONSTRATIVO DE DESPESAS (EM US\$)

SAÚDE		1.027.846,70
EDUCAÇÃO		76.100,00
ÍNDIOS ISOLADOS		69.751,00
ATIVIDADES PRODUTIVAS		339.700,00
FUNDIÁRIA		24.000,00
TOTAL		1.537.397,70

*Dem. av. casas
P. de B. financ.*

1994

ANEXOS

- Proposta do Departamento de Saúde
- Proposta do Departamento de Educação
- Proposta da Coordenação de Atividades Produtivas
- Proposta do Departamento de Índios Isolados



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

FUNDIÁRIA:

O convênio anterior FUNAI/CVRD previa a regularização fundiária das áreas indígenas sob influência da ferrovia.

Com a finalização do convênio, reservou-se um saldo de US\$ 1 milhão destinado a cobrir as despesas fundiárias ainda pendentes de decisões político-administrativas na esfera do Governo Federal.

Dessas pendências, avançou-se quanto ao reconhecimento, declaração e demarcação das áreas indígenas Krikati e Awá-Guajá, ambas em processo de demarcação, com recursos da CVRD, e a correção da demarcação da A.I. Governador, também em andamento.

Rio Negro, Beccari

Restam ainda a desintrusão das áreas Krikati, Awá-Guajá, Apinajé e Sororó; os levantamentos fundiários, dessas mesmas áreas e a demarcação da A.I. Apyterewa. Nesta proposta estamos incluindo o levantamento fundiário dessas quatro áreas. Os custos desses levantamentos estão calculados para uma permanência média de 45 dias de campo de uma equipe de campo formada por três técnicos de nível médio e um nível superior.

- Custo médio de um Grupo Técnico para levantamento fundiário.

„Passagens	:	US\$ 1.300,00
„Diárias	:	US\$ 4.100,00
„Combustível	:	US\$ 200,00
„Material de Campo e reposição	:	US\$ 400,00

TOTAL US\$ 6.000,00

Para as quatro viagens previstas prevê-se portanto, um custo total de US\$ 24.000,00.

DIAGNÓSTICO DE SAÚDE - SITUAÇÃO PROBLEMA

Devido a inexistência de um sistema regular de coleta e registro de dados, torna-se difícil trabalhar com taxas específicas de mortalidade, mas com a presença de muitos fatores de risco se supõe uma mortalidade alta, principalmente infantil, nessas áreas indígenas.

As principais causas de morte registradas em relatórios são as infecções respiratórias agudas e complicadas com pneumonia; enterites com desidratação, afecções perinatais, acidentes e traumatismos, malária e causas mal definidas. As principais doenças que afetam esses grupos indígenas são: infecções respiratórias agudas, parasitose intestinal, enterites agudas, cáries dentárias, doenças de pele, conjuntivites, tuberculose, malária, anemia e desnutrição, doenças sexualmente transmissíveis, entre outras. Todo esse quadro demonstra a precária assistência à saúde dos grupos em questão, caracterizada pelos seguintes fatores: deficiente saneamento básico; infra-estrutura física de saúde em precárias condições; pessoal técnico e auxiliar deficiente em quantidade e qualidade; falta de sistematização e continuidade das ações de saúde; recursos financeiros insuficientes para a aquisição de equipamentos, medicamentos básicos e outros insumos; ausência de transporte adequado; falta de engajamento das instituições do SUS na assistência, além de falta de alimentos na área.

Para o atendimento de uma problemática de saúde como a apresentada, a FUNAI conta com uma infra-estrutura insuficiente e precária, como se descreve a continuação:

Recursos humanos: 03 médicos, 04 enfermeiras, 03 odontólogos, 01 assistente social, 17 auxiliares de enfermagem, 03 laboratoristas, 34 atendentes de enfermagem e 24 monitores indígenas de saúde.

Unidades de Saúde: 04 Casas do Índio e 33 postos de enfermagem.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

ÁREAS INDÍGENAS	GRUPO INDÍGENA	ADR	ESTADO
Porquinhos, Kanela, Rodeador, Cana Brava e Guajajara, Geralda e Toco Preto, Rio Pindaré, Alto Turiaçu, Awá, Bacurizinho, Morro Branco, Krikati, Governador, Araribóia, Urucu-Juruá e Lagoa Comprida	Guajajara, Urubu-Kaapor, Timbira, Kanela, Krikati, Gavião, Awa	S. Luis, Barra do Corda, Imperatriz e Sistema de Proteção Awá-Guajá	MA
Sororo, Trocará, Apiterewa, Bacajá	Assurini, Surui, Parakanã, Kayapó-Xicrin	Marabá e Altamira	PA
Apinajé	Apinajé	Araguaína	TO

POPULAÇÃO INDÍGENA POR ESTADO:

MARANHÃO:	14.591
PARÁ:	780
TOCANTINS:	1.830
TOTAL:	16.446 Índios

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: ANO DE 1994

OBJETIVOS:

GERAL: Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saúde ofertados às populações indígenas.

ESPECÍFICOS:

- realizar o levantamento das condições de vida e saúde das comunidades-alvo do projeto;
- reestruturar, fortalecer e dinamizar os serviços de saúde para as comunidades indígenas;
- promover a integração dos serviços de saúde da FUNAI, na rede de unidades do S.U.S.;
- ampliar a cobertura dos serviços de assistência médica, odontológica, laboratorial e de enfermagem;
- intensificar as ações de vigilância e controle de doenças endemo-epidêmicas;
- organizar o provisionamento de insumos necessários à assistência à saúde em Casas do Índio e Postos de Enfermagem;

- melhorar a dotação de água de boa qualidade e realizar outras ações de saneamento básico;
- estabelecer mecanismos de coleta, processamento e análise de dados, nos distintos níveis de atenção à saúde;
- organizar a referência e contra-referência de pacientes;
- formar, treinar e reciclar o pessoal responsável pelas ações de saúde.

METAS

META FÍSICA

ATIVIDADE	Unidade de Medida	Quantidade
Constituição de equipes de saúde	equipes	06
Viagens das equipes de saúde	viagens	62
Aldeias visitadas	aldeias	62
Atendimento médico Casas do Índio/P.Enf.	atendimento	25.000
Atendimento de enfermagem	atendimento	113.230
Encaminhamento de pacientes	pacientes	420
Atendimento odontológico	atendimento	8.080
Exames de laboratório	exames	45.000
Educação para saúde	palestras	570
Vacinas aplicadas	doses	78.000
Poços semi-artesianos perfurados	poços	07
Poços amazônicos perfurados	poços	10
Fossas sépticas construídas	fossas	96
Enfermarias construídas	obras	05
Enfermaria reformada	obras	10
Sistema simplificado de água instalado	obras	01
Dotação de filtros	filtros	984
Postos de notificação (Vig.Epidemiológica)	postos	52
Controle de vetores da malária	borrifação	6.596
Tratamento de malária	tratamentos	176
Exames hemoscópicos (malária)	exames	4.200
Controle de Tuberculose (exames)	baciloscopias	780
Tratamento de tuberculosos	tratamentos	472
Treinamento de aux. de saúde	auxiliares	50
Formação de agentes de saúde indígena	agentes	64
Dotação de bolsas de estudo	bolsas	64

ÁREAS DE ATIVIDADE

ATIVIDADE

1. Assistência médico-sanitária

- 1.1 - Assistência médica geral;
- 1.2 - Assistência materno-infantil;
- 1.3 - Odontologia Sanitária;
- 1.4 - Educação em saúde.

2. Controle de doenças transmissíveis

- 2.1 - Vigilância epidemiológica;
- 2.2 - Controle da Malária;
- 2.3 - Controle de Tuberculose;
- 2.4 - Imunização.

3. Saneamento Básico

- 3.1 - Dotação de água;
- 3.2 - Controle de dejetos.

4. Fortalecimento de Infra-Estrutura

- 4.1 - Capacitação e reciclagem de pessoal de saúde;
- 4.2 - Construção e ampliação de unidades de saúde;
- 4.3 - Articulação interinstitucional;
- 4.4 - Aquisição de meios de transportes e equipamentos de saúde;
- 4.5 - Supervisão, acompanhamento e avaliação.

ESTRATÉGIAS

- Equipagem das unidades de saúde com o material indispensável;
- Ampliação e recuperação de unidades de saúde;
- Organização de um sistema de apoio logístico para transporte, provisão de medicamentos, alimentos para doentes, etc.;
- Contratação de profissionais e auxiliares de saúde;
- Definição dos procedimentos básicos do projeto segundo normas do Ministério da Saúde;
- Contatos com autoridades de saúde integrantes do SUS, para implementação de ações;
- Constituição de equipes de saúde que visitarão as aldeias proporcionando assistência médica, curativa e preventiva e apoiando os auxiliares de campo;
- Estabelece-se como prioritárias as ações de organização de um sistema de atenção a saúde, ao mesmo tempo que serão desenvolvidas ações de assistência materno-infantil, controle de doenças evitáveis por vacinação e saneamento básico;
- Inclusão em cursos de treinamento de noções acerca da importância da medicina indígena na manutenção da saúde das comunidades;

- melhorar a dotação de água de boa qualidade e realizar outras ações de saneamento básico;
- estabelecer mecanismos de coleta, processamento e análise de dados, nos distintos níveis de atenção à saúde;
- organizar a referência e contra-referência de pacientes;
- formar, treinar e reciclar o pessoal responsável pelas ações de saúde.

METAS

META FÍSICA

ATIVIDADE	Unidade de Medida	Quantidade
Constituição de equipes de saúde	equipes	06
Viagens das equipes de saúde	viagens	62
Aldeias visitadas	aldeias	62
Atendimento médico Casas do Índio/P.Enf.	atendimento	25.000
Atendimento de enfermagem	atendimento	113.230
Encaminhamento de pacientes	pacientes	420
Atendimento odontológico	atendimento	8.080
Exames de laboratório	exames	45.000
Educação para saúde	palestras	570
Vacinas aplicadas	doses	78.000
Poços semi-artesianos perfurados	poços	07
Poços amazônicos perfurados	poços	10
Fossas sépticas construídas	fossas	96
Enfermarias construídas	obras	05
Enfermaria reformada	obras	10
Sistema simplificado de água instalado	obras	01
Dotação de filtros	filtros	984
Postos de notificação (Vig.Epidemiológica)	postos	52
Controle de vetores da malária	borrifação	6.596
Tratamento de malária	tratamentos	176
Exames hemoscópicos (malária)	exames	4.200
Controle de Tuberculose (exames)	baciloscopias	780
Tratamento de tuberculosos	tratamentos	472
Treinamento de aux. de saúde	auxiliares	50
Formação de agentes de saúde indígena	agentes	64
Dotação de bolsas de estudo	bolsas	64

ÁREAS DE ATIVIDADE

ATIVIDADE

1. Assistência médico-sanitária

- 1.1 - Assistência médica geral;
- 1.2 - Assistência materno-infantil;
- 1.3 - Odontologia Sanitária;
- 1.4 - Educação em saúde.

- Assinaturas de convênios com Universidades e Institutos de Pesquisa para investigação de problemas gerados na desestruturação social indígena, tais como: alcoolismo, desnutrição, doenças sexualmente transmissíveis e outros.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A avaliação das atividades do projeto será realizada com base nos critérios de eficácia e eficiência, tanto no nível regional como local, utilizando-se indicadores de saúde sobre prestação de serviços e níveis de saúde.

Este sistema será adaptado de acordo a condições locais.

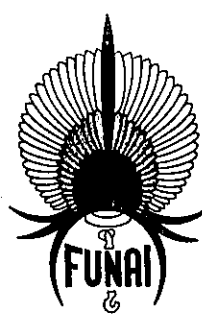
A avaliação será realizada periodicamente para permitir conhecer o desenvolvimento favorável ou não do Projeto, levando a sua manutenção, alteração parcial ou reformulação conforme os resultados de avaliações trimestrais e anuais, incidindo sobre sua variação programática (modelos de avaliação em anexo).

CARACTERIZAÇÃO DA DESPESA	ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA/CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS		FORTALECIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA		SANEAMENTO BÁSICO		T O T A L	
	CR\$: 1,00	US\$: 1,00	CR\$: 1,00	US\$: 1,00	CR\$: 1,00	US\$: 1,00	CR\$: 1,00	US\$: 1,00
1 - PESSOAL	15,575,313.38	202,750.76	.00	.00	.00	.00	15,575,313.38	202,750.76
1.1 - Salários	11,907,732.23	155,008.23	.00	.00	.00	.00	11,907,732.23	155,008.23
1.2 - Obrigações Patronais	3,667,581.15	47,742.53	.00	.00	.00	.00	3,667,581.15	47,742.53
2 - DIARIAS	4,588,651.42	59,732.51	2,047,057.11	26,647.45	.00	.00	6,635,708.53	86,379.96
2.1 - Implantação/Supervisão	.00	-	196,739.86	2,561.05	.00	.00	196,739.86	2,561.05
2.2 - Operacionalização	4,588,651.42	59,732.51	.00	.00	.00	.00	4,588,651.42	59,732.51
2.3 - Treinamento	.00	.00	1,850,317.25	24,086.40	.00	.00	1,850,317.25	24,086.40
3 - MATERIAL DE CONSUMO	33,240,839.05	432,710.74	.00	.00	.00	.00	33,240,839.05	432,710.74
3.1 - Medicamentos, Material Médico/Enfermagem/Odontológico/Laboratório	31,679,999.53	412,392.60	.00	.00	.00	.00	31,679,999.53	412,392.60
3.2 - Combustíveis	360,839.67	4,697.21	.00	.00	.00	.00	360,839.67	4,697.21
3.3 - Alimentação de doentes em Casas do Índio	1,199,999.84	15,620.93	.00	.00	.00	.00	1,199,999.84	15,620.93
4 - SERVIÇOS DE TERCEIROS	1,301,998.37	16,948.69	2,833,408.14	36,883.73	.00	.00	4,135,406.50	53,832.42
4.1 - Bolsa Monitor de Saúde	.00	.00	2,833,408.14	36,883.73	.00	.00	2,833,408.14	36,883.73
4.2 - Frete Aéreo	400,000.20	5,206.98	.00	.00	.00	.00	400,000.20	5,206.98
4.3 - Serviços/Exames Médicos Especiais	552,000.10	7,185.63	.00	.00	.00	.00	552,000.10	7,185.63
4.4 - Mão de Obra - Manutenção de Veículos	139,998.30	1,822.42	.00	.00	.00	.00	139,998.30	1,822.42
4.5 - Pagamento de Consertos/Pecas de Viaturas	209,999.76	2,733.66	.00	.00	.00	.00	209,999.76	2,733.66
SUB-TOTAL	54,706,802.21	712,142.70	4,880,465.25	63,531.18	.00	.00	59,587,267.46	775,673.88

CARACTERIZACAO DA DESPESA	ASSISTENCIA MEDICO-SANI		FORTALECIMENTO DA		SANEAMENTO BASICO		T O T A L	
	TARIA/CONTROLE DE DOENCAS		INFRA-ESTRUTURA					
	TRANSMISSIVEIS							
	CR\$: 1,00	US\$: 1,00	CR\$: 1,00	US\$: 1,00	CR\$: 1,00	US\$: 1,00	CR\$: 1,00	US\$: 1,00
5 - EQUIP E MATERIAL PERMANENTE	8,399,999.67	109,346.52	2,099,999.92	27,336.63	.00	.00	10,499,999.58	136,683.15
5.1 - Veiculos	8,399,999.67	109,346.52	.00	.00	.00	.00	8,399,999.67	109,346.52
5.2 - Equipamentos Medicos, Odontologico e laboratorial	.00	.00	2,099,999.92	27,336.63	.00	.00	2,099,999.92	27,336.63
6 - OBRAS E INSTALACOES	.00	.00	544,000.06	7,081.49	739,999.38	9,632.90	1,283,999.44	16,714.89
6.1 - Construcao/Reforma de Enfermarias	.00	.00	544,000.06	7,081.49	.00	.00	544,000.06	7,081.49
6.2 - Saneamento Basico/Abastecimento d'agua	.00	.00	.00	.00	739,999.38	9,632.90	739,999.38	9,632.90
7 - PASSAGENS/DESPESAS LOCOMOCAO	629,228.01	8,190.94	114,002.42	1,484.02	.00	.00	743,230.43	9,674.96
7.1 - Pessoal Equipe Saude	629,228.01	8,190.94	.00	.00	.00	.00	629,228.01	8,190.94
7.2 - Aux Enfermagem(Cursos)	.00	.00	50,002.14	650.90	.00	.00	50,002.14	650.90
7.3 - Agentes Saude (Cursos)	.00	.00	64,000.28	833.12	.00	.00	64,000.28	833.12
8 - RESERVA TECNICA							6,844,691.96	89,100.39
SUB-TOTAL	63,736,029.89	829,680.16	7,638,467.64	99,433.32	739,999.38	9,632.90	78,959,188.87	1,027,846.77

PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	743,228.00	\$9,674.96
Passagens p/ Pessoal Equipes Saude (25)	629,228.00	\$8,190.94
Passagens p/Auxiliar Enf. Cursos (50)	50,000.00	\$650.90
Passagens para Agentes de Saude para cursos (64)	64,000.00	\$833.12
EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANENTES	10,500,000.00	\$136,683.15
Veiculos (03)	8,400,000.00	\$109,346.52
Equip. Med./Odont./Laboratorial (15 unidades)	2,100,000.00	\$27,336.63
RESERVA TECNICA	6,844,691.80	\$89,100.39
T O T A L	78,959,191.30	\$1,027,846.70

Cotacao do Dolar para o dia 10.08.93 = CR\$ 76.82



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

PROPOSTA DE EDUCAÇÃO INDÍGENA PARA A ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA CVRD.

1 - INTRODUÇÃO

A educação escolar indígena na área de abrangência da CVRD impõem-se, não somente como uma resposta aos povos indígenas atingidos pelo empreendimento FERRO-CARAJÁS, mas sobretudo como um fator de mobilização social e de defesa dos seus valores culturais. Baseados nas experiências educacionais anteriores patrocinadas pela CVRD, podemos afirmar que o aspecto educacional foi o setor mais desmobilizado e esquecido do convênio. As metas, então estabelecidas, não motivaram as comunidades indígenas para o engajamento na sua consecução. Foram contratados professores, sem que fossem capacitados; estudos e pesquisas de educação indígena não foram bem sucedidos porque sua aplicação não gerou mudanças qualitativas no processo educacional; gastou-se em demasia na construção de escolas e aquisição de equipamentos.

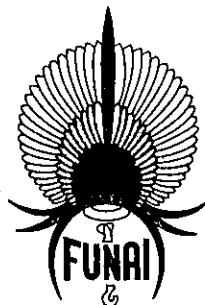
Entendemos como premissa básica para o sucesso de um programa educacional a participação efetiva da população afetada nas distintas etapas e aspectos do sistema educativo, independentemente do grau de instrução formal de que disponha. É por isso que priorizamos neste programa de educação a formação de professores, a elaboração de material didático-pedagógico específico e a realização de estudos e pesquisas aplicadas à educação indígena.

2 - DIAGNÓSTICO

Situação da educação escolar.

a) Caracterização Geral

A área abrangida pelo projeto caracterizou-se, em linhas gerais pela existência de multilinguismo e pluralidade étnica; grande dispersão da população estudantil indígena, que soma aproximadamente 2.446 estudantes distribuídos em 62 escolas fixadas nas Aldeias, afora aqueles índios que, tendo concluído a 4ª série do 1º grau, vêm-se na contingência de migrar para as cidades e aí dar continuidade aos estudos.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

b) Vinculação das Escolas e Professores*

Constata-se uma multiplicidade de instituições que prestam assistência educacional aos povos indígenas, a exceção das missões religiosas, prefeituras, governos estaduais e organizações indigenistas não-governamentais, além da própria FUNAI.

Regra geral, as escolas são vinculadas à FUNAI ou às prefeituras. Não raro, encontrar-se escolas mantidas pelo órgão indigenista com professores contratados pelos municípios e vice-versa, o que termina por gerar, disparidades culturais, dificuldades de coordenação e conflitos de orientação didático-pedagógica.

c) Ambiente Físico

As escolas, na sua totalidade estão localizadas no interior das áreas indígenas, quase sempre, construídas de madeira ou alvenaria e a exigir reparos.

Em algumas aldeias, o prédio escolar é constituído apenas por uma sala de aula, em outras, compreende sala, residência para o professor e cantina.

d) Merenda Escolar

A merenda escolar é fornecida pela FUNAI, através das prefeituras locais, mas em quantidade insuficiente e não condizente com hábitos alimentares do povo indígena, não sendo observada nenhuma regularidade na sua distribuição.

e) Material Didático-Pedagógico

Os livros, quando distribuídos pelas Secretarias de Educação Estaduais ou Municipais e por Missões existentes em determinadas áreas indígenas, revelam-se de baixa qualidade em relação às escolas indígenas.

São poucasíssimas as escolas que contem com material didático específico, a exemplo de guilhotina e outros materiais pedagógicos de apoio. E, mesmo que disponham de material adequado segundo os critérios metodológicos que fundamentam a sua elaboração, além de serem antigos e não avaliados.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

f) Conteúdos

Mostram-se em regra, totalmente dissociados da realidade indígena.

Os programas bilíngues, quando existentes, restringem-se à alfabetização na língua materna. Após essa fase, os alunos passam para o sistema nacional, como qualquer outro aluno não-índio, não havendo continuidade naquela modalidade de educação.

g) Quadro de Pessoal

O quadro de professores, além de insuficiente, carece de qualificação, sendo integrado por normalistas, professores leigos e monitores bilíngues, que, desde há muito, não recebem cursos de capacitação e reciclagem. Tal situação se constitui em fator impeditivo à consecução de uma efetiva política de educação indígena, consubstanciada nas particularidades de cada grupo étnico.

h) Participação dos Povos Indígenas

É notória a ausência de representantes dos povos indígenas na organização e estruturação do sistema de ensino de suas escolas, especificamente quanto à definição de programas, calendário escolar e elaboração de material didático. A educação escolar para esses indígenas, na grande maioria das escolas, reproduz o sistema formal de ensino da sociedade nacional, particularmente, da escola rural.

i) Acompanhamento

Não há planejamento e acompanhamento sistemático das atividades educacionais desenvolvidas nas áreas indígenas. A grande distância entre as ADR's e áreas indígenas, somada, a drástica redução de recursos financeiros havida no último ano, obstaculizando a promoção de encontros dos educadores e viagens de supervisão. Mostra-se de todo considerável a ausência de documentos de sistematização e avaliação dos programas e experiências de educação indígena desenvolvidas até agora, resultando na difusão limitada e parcial desses trabalhos e, sobretudo na perda de importantes aspectos do processo educando, dificilmente recuperáveis pela memória.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

j) Situação de Aprendizagem

As escolas funcionam com classes polivalentes, todas oferecem, quando muito, as quatro séries iniciais do ensino fundamental.

A falta de material didático adequado e a má qualificação dos docentes resultam num esforço estéril de los ólibros e dos educandos.

Inexiste, em todas as áreas abrangidas pelo projeto, uma proposta curricular específica, não obstante algumas tentativas de "adaptação ao currículo da escola nacional.

k) Estudos e Pesquisas

Observa-se uma insuficiência generalizada de estudos e pesquisas direcionados para o conhecimento das línguas e culturas e situação de contato das diversas etnias, de modo a permitir a elaboração e manutenção de programas de educação compatíveis com as peculiaridades étnico culturais de cada povo.

3 - DIRETRIZES

A Constituição Brasileira no artigo 208, inciso IV, alínea 2ª e no artigo 231 assegura aos povos indígenas que a educação escolar que respeite e fortaleça seus costumes, tradições, línguas, processos próprios de aprendizagem, estruturas e organizações sociais e, especificamente, assegure o processo de ensino-aprendizagem na língua materna.

* Participação efetiva dos povos indígenas na elaboração e execução de programas de educação indígenas;

* a adoção de programas e currículos que considerem as especificidades sócio-culturais de cada etnia, sua língua materna, conhecimentos tradicionais, processos cognitivos de transmissão e assimilação tradicional do saber e conhecimentos tecnológicos;

* a presença de realização de pesquisas e pesquisas que contribuam para a melhoria da prática educativa dirigida dos povos indígenas, especialmente os dedicados à descrição de suas línguas, ao registro e sistematização de seus etno-conhecimentos, e à investigação de seus processos cognitivos de transmissão e assimilação tradicional do saber;



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

* o funcionamento de escolas diferenciadas de ensino básico no interior das áreas indígenas, a fim de não afastar o aluno do convívio familiar e comunitário;

* a necessidade de formação de recursos humanos para a educação indígena, onde seja privilegiado o pessoal indígena no recrutamento, treinamento, reciclagem e especialização.

4 - OBJETIVO GERAL

Melhorar a qualidade da assistência educacional oferecida, considerando-se as especificidades de cada etnia, na área de abrangência da CVRD.

5 - objetivos específicos

- Propiciar a mobilização e a participação das comunidades em todas as etapas do processo educativo inerente a suas respectivas etnias;
- Promover a capacitação e reciclagem dos docentes através de cursos, seminários, encontros e outros eventos de natureza semelhante;
- Promover a elaboração de material didático-pedagógico pelos professores índios e não índios e alunos;
- Promover e garantir a educação bilíngue correspondente às quatro línguas indígenas do grupo nas escolas indígenas;
- Promover a realização de Estudos e Pesquisas, direcionadas para a educação, e que venham efetivamente contribuir para o fortalecimento da cultura indígena;
- Estabelecer condições efetivas de apoio ao educando garantindo-lhe a suplementação alimentar pela merenda escolar, e pelas atividades produtivas da comunidade, tais como, horta escolar, roçado, criação de animais de pequeno porte, caça e a pesca;
- Suportar as escolas indígenas de ensino fundamental básico;
- Melhorar a rede física das escolas, levando-se em conta o padrão cultural do grupo;



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

- Oferecer bolsas de estudos para os alunos que pretenderem e demonstrarem condições para o prosseguimento dos seus estudos, dentro dos critérios estabelecidos em "Portaria de Bolsa de Estudo".

6 - MEIAS

- Estabelecer mecanismos eficazes e de ações continuadas para capacitar os 74 docentes existentes.

- Realização de 05 cursos de capacitação, formação e reciclagem, subdivididos em 04 etapas por ano;

- Reformar 18 escolas e proporcionar condições efetivas para a sua manutenção em 1994;

- Prover as 62 escolas e proporcionar condições efetivas para a sua manutenção em 1994;

- Estabelecer Convênios com as Universidades (UNB, UFGO, FUNA e UFPA) quando a realização de pesquisas e consultorias;

- Promover a implantação do programa, executar a supervisão e o acompanhamento das atividades de viagens de técnicos;

- Oferecer 420 bolsas de estudos para alunos Índios que estão estudando fora da aldeia, 0111 nas séries do 1º grau, 2º grau e de nível superior;

- Complementar a merenda escolar de 7.116 alunos, através da aquisição de gêneros e implantação de hortas escolares, pequenos roçados, pomares e criação de animais de pequeno porte.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

7 - ATIVIDADES (quadro em anexo)

8 - ESTRATÉGIAS

- Para que o presente programa tenha o êxito almejado, será estabelecido um critério cronograma das atividades previstas;
- Deverá ser constituída uma equipe multidisciplinar para assessorar a produção de material didático-pedagógico específico;
- Deverá ser dada prioridade à capacitação de recursos humanos;
- O acompanhamento, a supervisão, a avaliação, e possíveis ajustes deste programa estarão a cargo do Departamento de Educação;
- Deverá ser lotado em cada PIN ou área indígena um professor capacitado em educação indígena.

9 - SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A Coordenação Geral de Projetos Especiais do Departamento de Educação da FUNAI, deverá organizar um corpo técnico e administrativo que garanta uma avaliação contínua das atividades previstas neste programa, que deverá ser feita através de viagens nas aldeias, questionários e outras técnicas que avalie a dinâmica do processo ensino-aprendizagem.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DED
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA
ANO 1994

PROJETOS	ATIVIDADES	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR/US
1. Formação de Recursos Humanos	..Capacitação e	3490.14	10.500
	..Reciclagem de 74 professores existentes	3490.30	6.500
	..Consultoria	3490.33	5.500
2. Material Didático-Pedagógico	..Produção de Material	3490.30	2.500
		3490.37	4.500
		3490.36	7.766
3. Estudos e Pesquisas	..Pesquisas aplicadas à educação	3490.30	7.000
		3490.36	4.510
4. Melhoria de Infra-estrutura	..Reformar 18 escolas	3490.30	3.400
		3490.36	2.300
	..Aquisição de Equipamentos (mídgrafos, quadros de giz, etc.)	3490.37	2.300
5. Apoio ao Estudante	..Aquisição de material escolar p/ 162 escolas	3490.33	1.000
	..Complementação da merenda escolar para 2.446 alunos	3490.30	22.000
	..Bolsa de Estudo	3490.18	3.600
TOTAL			76.100



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

**PROPOSTA DE ATIVIDADES PARA O EXERCÍCIO DE 1994
CONVÊNIO FUNAI/CVRD - DEPARTAMENTO DE INDIOS ISOLADOS**

1) INTRODUÇÃO:

Em 1982 foi celebrado o convênio nº 059/82 entre a CVRD/FUNAI. Este instrumento contratual permitiu a realização de parte dos trabalhos, entre outros, direcionados à assistência aos índios Awá-Guajá recém-contatados, na área de influência do Projeto Ferro Carajás, além da retirada de posseiros das áreas indígenas, a delimitação e demarcação de áreas abrangidas pelo referido Convênio.

Os trabalhos do Sistema de Proteção Awá-Guajá são desenvolvidos no estado do Maranhão, atuando no rio Caru e Serra do Tiracambu. Os recursos para a execução dos trabalhos das Equipes do Sistema são oriundos da FUNAI e da CVRD, que dispensa apoio em ações pontuais não consignadas no Convênio. A coordenação dos trabalhos da Equipe é efetivada pelo Departamento de Índios Isolados, órgão da FUNAI sediado em Brasília-DF, responsável pela elaboração e execução da Política Indigenista estabelecida específica aos índios sem contato. Os trabalhos da Equipe são direcionados à localização geográfica dos grupos isolados da região, à saúde dos grupos recém-contatados e, à vigilância das áreas indígenas. A Equipe atuante no rio Caru e na Serra do Tiracambu, é formada por 1 (um) Frente de Contato - Awá-Guajá, 5 (cinco) Postos Indígenas - Tiracambu, Mutum, Awá, Guajá e Juriti, e, o Núcleo de Apoio de Santa Inês.

Relativo avanço foi obtido com o início dos trabalhos da Equipe Awá-Guajá na área. Neste sentido, foram possibilitadas com o apoio financeiro adicional oriundo do Convênio CVRD/FUNAI, a identificação da Área Indígena Awá e a assistência à saúde dos Awá contatados, além das medidas necessárias à imediata demarcação da A.I. Awá.

Apesar de todas estas medidas, não foi possível garantir a integridade do território e dos grupos Awá-Guajá, uma vez que as invasões ainda persistem em vários pontos das áreas



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

indígenas mantendo, desta forma vários grupos Awá pressionados, bem como, excluídos da área a ser demarcada.

Com vistas, portanto, a proteção e preservação dos territórios de ocupação destes grupos indígenas, estamos propondo ações voltadas às Áreas Indígenas Caru, Alto Turiaçu, Awá e Araribóia que garantam aos povos a sua integridade físico-cultural e territorial.

DIAGNÓSTICO:

A partir dos anos sessenta as invasões nas áreas indígenas do Maranhão intensificaram-se. De um lado, são os colonos e posseiros que migraram para aquele estado, juntamente com a abertura das rodovias. De outro, os latifundiários que, com a construção da Estrada Ferro Carajás e a valorização das terras, fixaram-se na região.

As invasões se deram nas proximidades dos igarapés Turizinho e da Fome, à sudeste da A.I. Awá, aonde os Guaiá foram contatados em 1973; e à noroeste, na altura dos igarapés Aracatiwa, do Milho, Maronato, limite com a Área Alto Turiaçu.

Os últimos anos da década de 80, apresentam um aumento das invasões à sudeste da A.I. Awá, na altura do igarapé Juriti e do rio Caru, e nos igarapés Água Preta e cabeceira do Turiaçu. Em decorrência destas invasões, os grupos Awá sentiram-se ameaçados pelo contato intermitente com o Posto Indígena Guaiá, por colonos e posseiros no limite da A.I. Alto Turiaçu e por isolados do Mutum e Água Preta, que entram em choques intertribais na disputa territorial.

Em 1989, foi iniciada a invasão no limite Norte da A.I. Awá, na região do Igarapé Mutum e Água Preta. Deu-se, no Posto de Contato Juriti a invasão armada por 23 homens e o adentramento de posseiros na área interdita.

Novas invasões foram permitidas pela impossibilidade do exercício de vigilância pela FUNAI de caráter permanente. Hoje as invasões atingem também as Áreas Indígenas Caru e Alto Turiaçu, as quais necessitam de urgentes medidas inibidoras por parte do Órgão Tutor.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Atualmente a FUNAI, através do Departamento de Índios Isolados - DII, desenvolve atividades de assistência junto aos Awá-Guajá, voltadas basicamente à vigilância de suas terras, à localização de grupos isolados e à saúde dos já contatados.

As sociedades indígenas isoladas merecem um tratamento diferenciado por parte da FUNAI, que ao criar em 1987 a então Coordenadoria de Índios Isolados adotou uma política específica, que difere da observada nas demais tribos que encontram-se num estágio de interação adiantado com a sociedade majoritária. Buscando o estabelecimento de relações amistosas entre as sociedades índia e não-índia com a ausência de conflitos é que criou-se o Sistema de Proteção ao Índio Isolado, que está voltado para a proteção territorial, ao meio-ambiente e a garantir o pleno exercício das liberdades e atividades tradicionais dos grupos indígenas isolados.

Os Awá-Guajá contatados, estão distribuídos nas seguintes áreas indígenas:

	MASC.	FEM.	TOTAL
Área Indígena Caru (Posto Indígena Awá)	55	49	104
Área Indígena Alto Turiacu (Posto Indígena Guajá)	26	20	46
Área Indígena Awá (Posto Indígena Juriti)	16	08	24
Total	97	77	174

Estima-se que a população Awá-Guajá isolada seja de 50 a 100 índios, distribuída nas áreas indígenas Caru, Alto Turiacu, Awá, e Araribóia e na Reserva Biológica do Gurupi.

As equipes do Sistema de Proteção, para desenvolverem as suas atividades, necessitam de infra-estrutura básica que atenda as especificidades dos trabalhos. Demandam de um desembolso financeiro oneroso e de descentralização rápida para que não haja descontinuidade no andamento das ações. No entanto, os recursos à disposição do órgão Tutor são muito menores que os problemas a serem enfrentados na proteção ao índio isolado. A crise econômica por que passa o país veio a agravar ainda mais esta situação, reduzindo drasticamente os orçamentos das instituições, particularmente à FUNAI, vindo a obstacularizar as suas atividades.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Assim, buscando suprir as deficiências da FUNAI nas ações voltadas a preservação etno-cultural e territorial dos grupos isolados e recém contatados Awá-Guajá, estamos buscando soluções alternativas através da participação da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, retomando o apoio anteriormente concedido às ações direcionadas àqueles índios, que passaram a sofrer diretamente os impactos acarretados pela exploração do minério e a posterior construção da Estrada Ferro Carajás.

4) OBJETIVO:

a) Geral:

Garantir a integridade física, territorial e cultural dos índios Guajá através do Sistema de Proteção Awá-Guajá.

b) Específico:

Fortalecimento e ampliação do Sistema de Proteção Awá-Guajá atuante no estado do Maranhão e subordinado tecnicamente ao Departamento de Índios Isolados em Brasília/DF e administrativamente à Regional de Belém-PA.

5) METAS:

- Vigilância das áreas indígenas Caru, Alto Turiacu, Araribóia e Awá.

- Localização dos grupos isolados nas áreas indígenas Alto Turiacu, Araribóia, Awá-Guajá e Reserva Biológica do Gurupi.

- Manutenção das unidades já existentes do Sistema de Proteção Awá-Guajá e das unidades a serem criadas.

- Criação dos Postos de Vigilância mutum e Tiracambu.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

6) ATIVIDADES:

- Levantamento dos vestígios de índios isolados existentes nas Áreas Indígenas Alto Turiaçu, Awá, Caru, Araribóia e Reserva Biológica do Gurupi.

- Levantamento, através de imagens satélites, dos desmatamentos provenientes das invasões nas áreas indígenas Awá, Caru, Alto Turiaçu e Araribóia, e dos vestígios de índios isolados.

- Aquisição de materiais necessários para a implantação e manutenção dos Postos de Vigilância.

- Formação e treinamento de pessoal para atuação nos postos de vigilância.

- Realização de viagens anuais das Equipes de localização e contato para localização dos grupos isolados.

- Aquisição de imagens satélites das áreas indígenas Alto Turiaçu Caru, Awá e Araribóia e da Reserva Biológica do Gurupi.

7) ESTRATÉGIAS:

A instalação do Posto de Vigilância Mutum deverá ser à margem direita do Igarapé Turizinho, na parte oeste da A.I. Awá, e o Posto de Vigilância Tiracambu, à margem direita do Igarapé Aracatiwa, na parte sudeste da A.I. Alto Turiaçu. Tais localizações se devem ao fato de serem pontos utilizados para a penetração de invasores e, necessários contê-los.

O Projeto deverá contar, na realização das ações, com recursos complementares oriundos da CVRD.

8) PERÍODO:

As ações propostas no presente projeto ocorrerão durante todo o ano de 1994, visando continuidade nos anos subsequentes.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

9) SISTEMA DE AVALIAÇÃO:

A avaliação da proposta presente deverá ser realizada em encontros de avaliação que acontecerão de 03 em 03 meses, oportunidade em que poderá, se necessário, ocorrer reajuste nos Programas e detalhamento de atividades a serem encaminhados à CGPE. Tais encontros contarão com a participação da equipe SPAG, técnico do DII, sob Coordenação do GGPE.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

10) CRONOGRAMA DE DESPESAS:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
01	Levantamento da situação dos grupos isolados das áreas Araribóia/Água Branca/Jararaca.	3.800
	. Material de Campo	500
	. Alimentação	1.500
	. Combustíveis	1.000
	. Peças de reposição	500
	. Serviços de reparos viaturas	300
02	Implantação e Manutenção Posto de Vigilância Mutum e Tiracambu	51.791
	. Material de campo 300, x 12 meses	3.600
	. Alimentação 500, x 12 meses	6.000
	. Combustíveis/lubrificantes 250, x 12 meses	3.000
	. Aquisição 01 grupo gerador 03 KVA	2.391
	. Aquisição 01 aparelho de rádio 02 canais	1.800
	. Aquisição 01 Toyota cabine dupla	35.000
03	Manutenção do Sistema de Proteção Awá-Guajá	14.160
	. Água/Luz/Telefone 100 x 12 meses	1.200
	. Aluguel imóvel/telefone 200, x 12 meses	2.400
	. Material de expediente 50, x 12 meses	600
	. Combustíveis PIN's/NAS1 450, x 12 meses	5.400
	. Recuperação veículos/motores 200, x 12 meses	2.400
	. Índios em trânsito 50, x 12 meses	600
	. Alimentação 130, x 12 meses	1.560
Total Geral		U\$S 69.751

OBS.: Taxa do dólar do dia 12/08/93
CR\$ 78,87.

Brasília-DF, 24 de agosto de 1993.

DII/EMOS/lms



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

PROPOSTA DE ATIVIDADES PRODUTIVAS FUNAI/CVRD PARA 1994

1. DIAGNÓSTICO

Pode-se observar uma diminuição na qualidade de vida das populações indígenas na área de abrangência do antigo Convênio FUNAI/CVRD cuja reversão passa por uma postura de reorganização desses povos com o objetivo de serem os condutores de seu destino.

Esta sensível piora na qualidade de vida da população indígena, traduz-se na desnutrição; aumento de níveis de enfermidades e desorganização interna da comunidade e incapacidade para a produção de excedentes para comercialização.

Com a diminuição na capacidade de investimento do Órgão Indigenista oficial e considerando que não foram previstos reinvestimento a partir da renda obtida, os projetos anteriores não obtiveram os resultados esperados.

Como fatores podem ser citados:

- desconsideração às práticas próprias das populações indígenas no manejo dos recursos naturais;
- em decorrência, aumento da dependência tecnológica e econômica em relação à sociedade envolvente;
- as ações não geraram recursos para reinvestimento, situação agravada com a falta de recursos do Órgão indigenista oficial;
- inexistência de capacitação e reciclagem do corpo técnico envolvido, notadamente os de campo;
- falta de capacitação da população indígena para gerenciar tais atividades;
- inexistência de manutenção da infra-estrutura contida, ocorrendo o sucateamento.

Como forma de garantir sua subsistência, há registro de grupos indígenas explorando de forma indiscriminada e sistemática os recursos naturais existentes, como é o caso de madeiras nobres, havendo prejuízos econômicos e ambientais.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Contudo há grupos indígenas cultivando suas roças de tóco, mantendo seu sistema próprio de subsistência, aliada a atividades extrativistas.

2. MODELO DE TRABALHO ATUAL

Atualmente a FUNAI busca incentivar o cultivo de subsistência e as atividades extrativistas como forma de garantir o sustento da população indígena, dentro de uma ótica de desenvolvimento sustentado.

Porém a demanda das populações indígenas vem crescendo em quantidade e em qualidade de forma que faz-se necessário tanto o fornecimento de mais insumos como a melhoria na qualidade de serviço a ser prestado a tais comunidades, possibilitando que sobrevivam como povo culturalmente diferenciado.

Os recursos orçamentários da FUNAI são alocados de forma a se executarem as ações previstas na Programação Anual de Trabalho, contando com o corpo técnico existente nas Administrações Regionais e sob supervisão da sede do Órgão em Brasília.

O acompanhamento é realizado através de relatórios, os quais nem sempre traduzem com fidelidade a situação existente.

Tanto a quantidade, como a qualidade e distribuição do corpo técnico existente nas diversas instâncias administrativas do Órgão, deixam a desejar; tal situação é agravada pela inexistência de programas de capacitação e reciclagem.

3. APRESENTAÇÃO DO PROJETO

1 - AREA DE ATUAÇÃO

O presente projeto virá beneficiar uma população de 16.446 Índios (3.290 famílias) dos Grupos Assurini, Surui, Guajajara, Urubu-Kaapor, Timbira Para'anã, Kayapó-Xicrin, Kanela, Krikati e Gavião, localizados nas áreas de influência da Estrada Ferro Carajás, nos Estados do Pará, Maranhão e Tocantins.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

2 - PERÍODO

O presente projeto constitui proposta de atuação para o exercício de 1994, porém, considerando a gravidade da situação existente, o programa deverá continuar nos exercícios seguintes, até que tais povos consigam gerir seu destino, dentro de seu sistema de vida e seu território esteja adequadamente protegido.

3 - OBJETIVOS

GERAIS

- incentivar a produção (agricultura, pecuária e extrativismo/coleta), integrada a uma perspectiva interdisciplinar que considere também as ações que assegurem a demarcação, regularização e proteção das terras indígenas, a preservação e conservação dos recursos nelas existentes e níveis adequados de saúde e educação a esses povos.
- assessorar tais povos de forma que a partir de sua organização própria, alcance seu processo de auto-sustentação.

ESPECÍFICOS

- estimular a produção diversificada de alimentos da dieta básica de cada grupo indígena, com aumento da produção, visando auto-suficiência nutricional;
- apoiar atividades produtivas que utilizem tecnologias do domínio cultural do grupo indígena;
- viabilizar uma economia regular com criação de excedentes através de um manejo racional dos recursos naturais;
- incentivar iniciativas próprias de produção, beneficiamento, armazenamento e comercialização da produção agropecuária e extrativista.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

4 - METAS

- melhoria de infra-estrutura de apoio à produção:
 - . aquisição de 2 Toyotas;
 - . reforma de 2 tratores;
 - . ampliação de 2 currais;
 - . construção de 3 casas de farinha;
 - . construção de 3 açudes;
 - . construção de 2 postos artesianos;
 - . aquisição de 1 carroça (tração animal);
 - . implantação de 1 aviário para criação de galinha caipira;
 - . implantação de 1 apiário com 50 caixas.
- apoio às práticas próprias de uso da flora:
 - . projeto de 100 ha de Jaborandi (já iniciado);
 - . cultivo de 2 ha de acerola;
 - . cultivo de 65 ha de cacau.
- capacitação e reciclagem de recursos humanos:
 - . realização de 1 curso por semestre em cada Administração Regional.
- apoio ao extrativismo
visando beneficiar aproximadamente 650 famílias indígenas no extrativismo de:
 - . vime (cipó titica);
 - . óleo copaiba e andiroba;



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

polpas de bacuri e cupuaçu;

5 - DIRETRIZES E ATIVIDADES

As ações propostas objetivam a manutenção da integridade física e cultural dos povos indígenas a serem beneficiados, a proteção de suas terras, o aparelhamento e capacitação do Órgão Indigenista para execução destas funções de acordo com as seguintes premissas:

- assistir as populações indígenas a partir da viabilização das iniciativas por elas manifestadas;
- promover ações que assegurem sua auto-sustentação e
- agir somente a partir de conhecimento profundo e específico concernente a cada grupo/área indígena.

1 - INFRA-ESTRUTURA DE APOIO À PRODUÇÃO

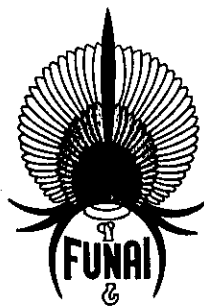
Esta ação busca dotar as áreas indígenas de meios suficientes para a condução de suas atividades. Para tanto, serão tomadas medidas tais como:

- apoio à implantação de estradas vicinais e contes;
- aquisição de embarcações e veículos para escoamento da produção;
- instalação de unidades de beneficiamento e armazenamento da produção;
- abrigo para criação de animais;

2 - APOIO ÀS PRÁTICAS PRÓPRIAS DE USO DA FLORA

Incluem-se neste campo as atividades a caça, pesca, coleta, extrativismo que no caso de diversos grupos indígenas localizados na Amazônia Legal constituem as fontes principais de obtenção de sua dieta tradicional.

3 - CAPACITAÇÃO E RECICLAGEM DE RECURSOS HUMANOS



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Procura-se desta forma preparar o corpo técnico do órgão indigenista para um trabalho de assessoramento às populações indígenas.

Como também busca capacitar a força de trabalho indígena para execução das atividades e organizá-los para a gestão das ações.

4 - COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO

Com esta ação pretende-se conduzir um trabalho de constante avaliação das atividades desenvolvidas, de forma que as populações indígenas e os técnicos de execução e coordenação participem no sentido de corrigir distorções que por ventura venham a ocorrer.

6 - ESTRATÉGIA

O Órgão Indigenista oficial, para execução das atividades ora previstas, buscará otimizar a atuação das diversas instâncias administrativas e técnicas. Para tanto, buscará fortalecer seu corpo técnico através da capacitação e reciclagem; viabilizar a descentralização orçamentário-financeira segundo o Calendário Agrícola regional; supervisionar as ações através de relatórios e viagens periódicas e eventos diversos como seminários, além de prestar assessoramento aos grupos indígenas no sentido de organizá-los para gerir suas atividades produtivas.

7 - SISTEMA DE AVALIAÇÃO

- relatório inicial, em formulário próprio, contendo diagnóstico preciso da situação atual buscando priorização das ações e instituição de cronograma de execução;
- estabelecer a Programação Anual de Trabalho, em formulário próprio, contendo metas, cronograma físico-financeiro e recursos necessários;
- relatório de execução, em formulário próprio, periódico, contendo ações, recursos descentralizados/utilizados, estágio em que se encontram as ações, em termos de



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

percentagem das metas realizadas/metas previstas e recursos financeiros utilizados/programados, além de outras informações julgadas importantes;

- viagens periódicas de técnicos com objetivo de supervisão/avaliação das ações desenvolvidas;
- relatório final, em formulário próprio, anual, avaliando as ações propostas, identificando as mudanças ocorridas desde a situação zero (antes da implantação dos projetos) até a situação um (após a execução das atividades previstas);
- durante a elaboração dos projetos e durante a execução dos trabalhos, eleger indicadores quantitativos/qualitativos buscando tornar mais concreta a análise mencionada no item anterior.

8 - CUSTOS EM ANEXO

ADR ALTAMIRA/PA.....	80.190
ADR MARAGUAINA/TO	51.875
ADR BARRA DO CORDA/MA.....	13.810
ADR IMPERATRIZ/MA.....	34.260
SANTA INÊS/MA.....	11.379
ADR MARABÁ/PA.....	89.480
ADR SÃO LUIZ/MA.....	57.805
TOTAL.....	US\$ 338.799

ADR/GRUPOS INDÍGENAS	POPULAÇÃO BENEFICIADA	PROJETOS METAS FÍSICAS	RECURSOS NECESSÁRIOS E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO					TOTAL
			ELEMENTO DESPESA	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
ALTAMIRA/PA PARAKANÁ KAYAPÓ-XICRIN	402		-	<u>29.280</u>	-	-	-	<u>29.280</u>
		Aquisição de Toyota tipo Caçamba, cabine dupla	52	29.280	-	-	-	29.280
		<u>Reforma veículo e embarcações</u>	-	<u>15.315</u>	-	-	-	<u>15.315</u>
			30	6.125	-	-	-	6.125
			36	5.160	-	-	-	5.160
			52	4.030	-	-	-	4.030
		<u>Projeto Jaborandi:</u>	-	-	-	<u>6.085</u>	<u>4.120</u>	<u>10.205</u>
		100ha, manejo sustentado e comercialização de fôlhas	30	-	-	1.965	1.400	3.365
			33	-	-	1.095	780	1.875
			36	-	-	730	520	1.250
			39	-	-	770	330	1.100
			52	-	-	1.525	1.090	2.615
		<u>Apoio coleta castanha</u>	-	-	<u>12.350</u>	<u>4.590</u>	-	<u>16.940</u>
		ferramentas, material caça, pesca e frete	30	-	9.070	-	-	9.070
			36	-	1.640	2.295	-	3.935
			39	-	1.640	2.295	-	3.935
		<u>Capacitação/reciclagem</u>	-	-	<u>2.800</u>	-	<u>2.300</u>	<u>5.100</u>
		2 cursos para técnicos e indígenas	30	-	500	-	500	1.000
			39	-	1.800	-	1.800	3.600
			52	-	500	-	-	500

ADR/GRUPOS INDÍGENAS	POPULAÇÃO BENEFICIADA	PROJETOS METAS FÍSICAS	RECURSOS NECESSÁRIOS E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO					TOTAL
			ELEMENTO DESPESA	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
<u>ALTAMIRA/PA</u>		<u>Acompanhamento e supervi- são: 2 viagens para 2 técnicos(BSB/ADR) mais 2 viagens para 1 técnico da ADR.</u>	-	<u>1.260</u>	<u>415</u>	<u>415</u>	<u>1.260</u>	<u>3.350</u>
			14	520	235	235	520	1.510
			33	610	50	50	610	1.320
			36	130	130	130	130	520
TOTALS DA ADR POR ELEMENTO DESPESAS			14	520	235	235	520	1.510
			30	6.125	9.570	1.965	1.900	19.560
			33	610	50	1.145	1.390	3.195
			36	5.290	1.770	3.155	650	10.865
			39	-	3.440	3.065	2.130	8.635
			52	33.310	500	1.525	1.090	36.425
TOTAL DA ADR	-	-	-	45.855	15.565	11.090	7.680	80.190

ADR/GRUPOS INDÍGENAS	POPULAÇÃO BENEFICIADA	PROJETOS METAS FÍSICAS	RECURSOS NECESSÁRIOS E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO					
			ELEMENTO DESPESAS	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL
ARAGUAÍNA/TO APINAJÉ	1.830	<u>Melhoria Infra-estrutura</u>	-	-	27.335	-	16.440	43.775
		Ampliação currais, construção cercas, casas farinha, recuperação tra	30	-	10.855	-	7.710	18.565
		tores, máquinas agrícolas, viaturas, aquisição carroça tração animal.	36	-	4.265	-	1.650	5.915
			39	-	4.265	-	3.525	7.790
			51	-	2.320	-	1.425	3.745
			52	-	5.630	-	2.130	7.760
		<u>Capacitação/reciclagem</u>	-	-	2.800	-	2.300	5.100
		2 cursos para técnicos e indígenas	30	-	500	-	500	1.000
			39	-	1.800	-	1.800	3.600
			52	-	500	-	-	500
		<u>Acompanhamento e supervisão</u>	-	1.095	405	405	1.095	3.000
			14	520	235	235	520	1.510
			33	445	40	40	445	970
			36	130	130	130	130	520
TOTAIS DA ADR POR ELEMENTO DESPESAS			14	520	235	235	520	1.510
			30	-	11.355	-	8.210	19.565
			33	445	40	40	445	970
			36	130	4.395	130	1.780	6.435
			39	-	6.065	-	5.325	11.390
			51	-	2.320	-	1.425	3.745
			52	-	6.130	-	2.130	8.260
TOTAL DA ADR	-	-	-	1.095	30.540	405	19.835	51.875

ADR/GRUPOS INDÍGENAS	POPULAÇÃO BENEFICIADA	PROJETOS METAS FÍSICAS	RECURSOS NECESSÁRIOS E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO					
			ELEMENTO DESPESA	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL
BAIRA DO CORDA/MA GUAJAJARA KANELA	7.000	<u>Formação de 02 ha de mudas de acerola</u>	-	205	4.300	-	-	4.505
		Aquisição de insumos e defensivos agrícolas,	30	205	525	-	-	730
		ferramentas, combustíveis,	36	-	200	-	-	200
		sistema de irrigação e pagamento de mão de obra	52	-	3.575	-	-	3.575
		<u>Criação de animais de pequeno porte (galinha caipira)</u>	-	845	-	-	-	845
		Aquisição de matrizes, insumos e pagamento de mão de obra	30	390	-	-	-	390
			36	45	-	-	-	45
			52	410	-	-	-	410
		<u>Capacitação/reciclagem</u>	-	-	2.800	-	2.300	5.100
		Realização de 02 cursos para técnicos e indígenas	30	-	500	-	500	1.000
			39	-	1.800	-	1.800	3.600
			52	-	500	-	-	500
		<u>Acompanhamento e supervisão : realização de 02 viagens para 02 técnicos (BSB/ADR) mais 02 viagens para 01 técnico da ADR</u>	-	1.260	420	420	1.260	3.360
			14	520	235	235	520	1.510
			33	610	55	55	610	1.330
	36	130	130	130	130	520		
TOTAIS DA ADR POR ELEMENTO DESPESAS			14	520	235	235	520	1.510
			30	595	1.025	-	500	2.120
			33	610	55	55	610	1.330
			36	175	330	130	130	765
			39	-	1.800	-	1.800	3.600
			52	410	4.075	-	-	4.485
TOTAL DA ADR	-	-	-	2.310	7.520	420	3.560	13.810

ADR/GRUPOS INDÍGENAS	POPULAÇÃO BENEFICIADA	PROJETOS METAS FÍSICAS	RECURSOS NECESSÁRIOS E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO					
			ELEMENTO DESPESA	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL
<u>IMPERATRIZ/MA</u>	5.169	<u>Construção de 02 açudes</u>	-	-	<u>10.220</u>	<u>15.790</u>	-	<u>26.010</u>
KRIKATI			30	-	-	3.420	-	3.420
GUAJAJARA			36	-	10.220	12.370	-	22.590
<u>GAVIÃO</u>		<u>Capacitação/reciclagem</u>	-	-	<u>2.800</u>	-	<u>2.300</u>	<u>5.100</u>
		02 cursos para técnicos e indígenas	30	-	500	-	500	1.000
			39	-	1.800	-	1.800	3.600
			52	-	500	-	-	500
		<u>Acompanhamento e supervi</u>	-	<u>1.160</u>	<u>415</u>	<u>415</u>	<u>1.160</u>	<u>3.150</u>
		<u>ção: 02 viagens para 02 técnicos(BSB/ADR) mais</u>	14	520	235	235	520	1.510
		<u>02 viagens para 01 técnico da ADR</u>	33	510	50	50	510	1.120
		36	130	130	130	130	520	
TOTAIS DA ADR POR ELEMENTO DESPESAS			14	520	235	235	520	1.510
			30	-	500	3.420	500	4.420
			33	510	50	50	510	1.120
			36	130	10.350	12.500	130	23.110
			39	-	1.800	-	1.800	3.600
			52	-	500	-	-	500
TOTAL DA ADR			-	1.160	13.435	16.205	3.460	34.260

ADR/GRUPOS INDÍGENAS	POPULAÇÃO BENEFICIADA	PROJETOS METAS FÍSICAS	RECURSOS NECESSÁRIOS E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO						
			ELEMENTO DESPESA	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL	
MARABÁ/PA	370	<u>Sistema agroflorestal com cacau, em 65 ha</u>	-	-	-	<u>18.570</u>	<u>8.780</u>	<u>27.350</u>	
ASSURINI		30	-	-	8.290	3.555	11.845		
SURUF		36	-	-	2.610	1.120	3.730		
		39	-	-	1.345	960	2.305		
		51	-	-	1.505	1.075	2.580		
		52	-	-	4.820	2.070	6.890		
		-	<u>Implantação de poço artesiano</u>	-	-	<u>8.650</u>	-	<u>8.650</u>	
		39	-	-	4.050	-	4.050		
		51	-	-	2.700	-	2.700		
		52	-	-	1.900	-	1.900		
		-	<u>Aquisição de viatura tonota, tipo caçamba, cabine dupla</u>	-	<u>29.280</u>	-	-	<u>29.280</u>	
		52	-	29.280	-	-	29.280		
		-	<u>Aquisição peças reposição para veículos e embarcações</u>	-	-	-	<u>6.750</u>	<u>6.750</u>	
		30	-	-	-	6.750	-	6.750	
		-	<u>Apoio coleta castanha: ferramentas e material para caça, pesca e frete</u>	-	-	<u>5.880</u>	<u>3.240</u>	<u>9.120</u>	
		30	-	-	4.080	-	-	4.080	
		36	-	-	900	1.620	-	2.520	
		39	-	-	900	1.620	-	2.520	
		-	<u>Capacitação/reciclagem</u>	-	-	<u>2.800</u>	-	<u>2.300</u>	<u>5.100</u>
		30	2 cursos para técnicos e indígenas	-	-	500	-	500	1.000
		39	-	-	1.800	-	1.800	3.600	
		52	-	-	500	-	-	500	

ADR/GRUPOS INDÍGENAS	POPULAÇÃO BENEFICIADA	PROJETOS METAS FÍSICAS	RECURSOS NECESSÁRIOS E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO					
			ELEMENTO DESPESA	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL
<u>SANTA INÊS</u>	174	<u>Formação Roças: mandioca, arroz, milho e feijão</u>	-	<u>923</u>	-	-	-	<u>923</u>
			30	923	-	-	-	923
		<u>Apicultura: implantação de 50 caixas</u>	-	<u>2.916</u>	-	-	-	<u>2.916</u>
			30	1.851	-	-	-	1.851
			36	250	-	-	-	250
			52	815	-	-	-	815
		<u>Extrativismo: VIME(Cipó-titica)</u>	-	<u>700</u>	-	-	-	<u>700</u>
			30	400	-	-	-	400
			52	300	-	-	-	300
		<u>Oleo Copaiba e Andiroba</u>	-	<u>700</u>	-	-	-	<u>700</u>
			30	700	-	-	-	700
		<u>Polpa Bacuri e Cupuacú</u>	-	<u>6.140</u>	-	-	-	<u>6.140</u>
			30	2.290	-	-	-	2.290
			36	50	-	-	-	50
52	3.800		-	-	-	3.800		
TOTAL DA ADR POR ELEMENTO DESPESAS			30	6.164	-	-	-	6.164
			36	300	-	-	-	300
			52	4.915	-	-	-	4.915
TOTAL DA ADR	-	-	-	11.379	-	-	-	11.379

ADR/GRUPOS INDÍGENAS	POPULAÇÃO BENEFICIADA	PROJETOS METAS FÍSICAS	RECURSOS NECESSÁRIOS E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO				TOTAL		
			ELEMENTO DESPESA	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE		4º TRIMESTRE	
SÃO LUIS/MA	2.997	<u>Implantação casas de farinha</u>	-	-	10.760	-	-	10.760	
GUAJAJARA			30	-	5.380	-	-	5.380	
URUBU-KAAPOR			36	-	5.380	-	-	5.380	
TIMBIRA									
			<u>Construção de açudes e poços artesianos</u>	-	-	29.065	-	-	29.065
				39	-	12.825	-	-	12.825
				51	-	11.580	-	-	11.580
				52	-	4.660	-	-	4.660
			<u>Apoio coleta babacú</u>	-	-	-	-	9.510	9.510
			<u>ferramentas e materiais de caça e pesca</u>	30	-	-	-	9.510	9.510
			<u>Capacitação/reciclagem</u>	-	-	2.800	-	2.300	5.100
			<u>02 cursos para técnicos e indígenas</u>	30	-	500	-	500	1.000
				39	-	1.800	-	1.800	3.600
				52	-	500	-	-	500
			<u>Acompanhamento e supervi são:</u>	-	1.270	415	415	1.270	3.370
			14	520	235	235	520	1.510	
		<u>02 viagens para 02 técnicos (BSB/ADR), mais 02 viagens para 1 técnico ADR</u>	33	620	50	50	620	1.340	
			36	130	130	130	130	520	
TOTAIS DA ADR POR ELEMENTO DESPESAS			14	520	235	235	520	1.510	
			30	-	5.880	-	10.010	15.890	
			33	620	50	50	620	1.340	
			36	130	5.510	130	130	5.900	
			39	-	14.625	-	1.800	16.425	
			51	-	11.580	-	-	11.580	
			52	-	5.160	-	-	5.160	
TOTAL DA ADR			-	1.270	43.040	415	13.080	57.805	